

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>IX</b>
<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>XI</b>
<b>PREFÁCIO.....</b>	<b>XV</b>
<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
1. Objeto e justificativa.....	1
2. Hipótese de pesquisa .....	18
3. Método e plano de estudo .....	20
<b>CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTOS DO CONTROLE DE VALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS</b>	<b>25</b>
1. Considerações iniciais.....	25
2. Pressupostos teóricos para o estudo das contribuições especiais.....	29
2.1 Natureza jurídica e autonomia das contribuições especiais .....	29
2.2 Tributos não vinculados e tributos vinculados: uma especificação necessária .....	41

TEORIA DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS:  
DO CONTROLE FORMAL AO CONTROLE SUBSTANCIAL

3. Contribuições interventivas na Constituição Federal de 1988.....	52
3.1 Regramento constitucional.....	52
3.2 Características essenciais.....	62
3.2.1 A promoção de fins estatais específicos...	63
3.2.1.1 <i>Fins internos e fins externos</i> .....	67
3.2.1.2 <i>Fins externos pontuais e conclusivos e fins externos progressivos e permanentes</i>	71
3.2.2 Instrumento de atuação da União Federal nas respectivas áreas .....	74
3.2.2.1 <i>Instrumentalidade enquanto meio empregado para o custeio da atuação estatal</i>	75
3.2.2.2 <i>Instrumentalidade enquanto meio empregado para modificar a realidade econômica</i> .....	80
3.2.3 A relação com um grupo destacado de contribuintes .....	87
3.2.3.1 <i>As diferentes acepções de referibilidade</i> .....	87
3.2.3.2 <i>Definição de referibilidade</i> .....	91
4 Exame da técnica de validação constitucional das contribuições interventivas .....	99
4.1 Entre “validação condicional” e “validação finalística”: paradigmas das duas visões .....	99
4.2 Detalhamento da técnica de validação finalística das contribuições interventivas .....	104
4.2.1 Validação finalística e exigência de uma causa para a atuação estatal .....	104

4.2.2 Validação finalística e exigência de compatibilidade entre atuação estatal e o fim específico estabelecido pelo texto constitucional.....	113
5. Síntese conclusiva .....	118

**CAPÍTULO 2 – CRÍTICA AO ESTADO ATUAL DO CONTROLE DE VALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS .....** 123

1. Considerações iniciais.....	124
2. O estado atual do controle de validade das contribuições interventivas .....	127
2.1 A inexistência de controle sobre a causa para a instituição de contribuições interventivas.....	127
2.2 A realização do exame de compatibilidade das contribuições interventivas sob uma perspectiva estritamente formal .....	137
2.3 A eliminação do caráter vinculado das contribuições interventivas e o desvirtuamento do seu controle de validade.....	143
3. Desdobramentos do estado atual do controle de validade das contribuições interventivas .....	148
3.1 Eliminação do caráter interventivo das contribuições interventivas.....	148
3.2 Desvirtuamento da referibilidade das contribuições interventivas .....	154
3.3 Estímulo à utilização indiscriminada de contribuições interventivas.....	158
3.4 Esvaziamento da competência tributária residual da União Federal.....	168
3.5 Eliminação da rigidez do Sistema Constitucional Tributário.....	174

TEORIA DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS:  
DO CONTROLE FORMAL AO CONTROLE SUBSTANCIAL

3.6	Gradual comprometimento do princípio federativo	178
4.	Potencialização dos efeitos adversos do estado atual do controle de validade das contribuições interventivas	185
4.1	Autorização para instituição de contribuições especiais sobre fatos geradores inseridos na competência tributária de outros entes federados .....	185
4.2	Autorização para desvinculação do produto da arrecadação das contribuições especiais.....	188
5.	Síntese conclusiva .....	193

**CAPÍTULO 3 – CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS  
E A VALIDADE DA INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO  
ECONÔMICO..... 197**

1.	Considerações iniciais.....	197
2.	Constituição Econômica e intervenção no domínio econômico .....	200
2.1	Origem e desenvolvimento da Constituição Econômica	200
2.1.1	O conceito de Constituição Econômica ...	200
2.1.2	Constituições Econômicas estatutárias e Constituições Econômicas dirigentes.....	204
2.2	Constituição Econômica na experiência brasileira	212
2.2.1	Antecedentes históricos .....	212
2.2.2	A Ordem Econômica na Constituição de 1988.....	220
3.	A intervenção estatal no domínio econômico na Constituição Federal de 1988.....	227
3.1	Significado normativo .....	227
3.1.1	Intervenção .....	228
3.1.2	Domínio econômico.....	233

3.2	Características.....	236
3.2.1	Intervenção no domínio econômico e restrição de princípios gerais da atividade econômica e de direitos fundamentais.....	236
3.2.2	Intervenção no domínio econômico e legalidade material.....	242
3.3	Formas.....	248
3.3.1	Direta .....	249
3.3.2	Indireta .....	251
3.4	Motivações .....	253
3.4.1	Motivações de caráter negativo (correção de falhas ou desequilíbrios) .....	254
3.4.2	Motivações de caráter positivo (estímulo) .....	260
3.5	Estrutura.....	263
4.	Encadeamento normativo: a contribuição e a intervenção no domínio econômico .....	269
4.1	A compatibilidade do tributo com as formas de intervenção no domínio econômico.....	269
4.2	A compatibilidade do tributo com a extensão e com a duração da intervenção no domínio econômico .....	278
4.3	A compatibilidade do tributo com os fins imediatos e com os fins mediatos almejados com a intervenção no domínio econômico.....	285
5.	Síntese conclusiva .....	293
<b>CAPÍTULO 4 – O CONTROLE SUBSTANCIAL DE VALIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS.....</b>		<b>297</b>
1.	Considerações iniciais.....	297

TEORIA DAS CONTRIBUIÇÕES INTERVENTIVAS:  
DO CONTROLE FORMAL AO CONTROLE SUBSTANCIAL

2. O controle substancial de validade das contribuições interventivas.....	302
2.1 Definição .....	302
2.2 Conteúdo .....	305
2.2.1 O dever de justificação para a instituição de contribuições interventivas.....	306
2.2.2 O dever de racionalidade na instituição de contribuições interventivas .....	315
2.3 Elementos estruturais .....	322
2.3.1 Quanto à intervenção no domínio econômico	322
2.3.1.1 <i>Justificativa (qual o problema enfrentado?)</i> .....	322
2.3.1.2 <i>Medida interventiva (o que se pretende fazer? E como?)</i> .....	330
2.3.1.3 <i>Fins imediatos (qual o objetivo concreto almejado?)</i> .....	338
2.3.1.4 <i>Fins mediatos (qual o estado de coisas desejado?)</i> .....	346
2.3.2 Quanto à contribuição de intervenção no domínio econômico .....	350
2.3.2.1 <i>Sujeitos passivos (quem deve suportar o tributo?)</i> .....	350
2.3.2.2 <i>Fatos geradores e bases de cálculo (sobre o que deve recair o tributo?)</i> .....	361
2.3.2.3 <i>Destinação legal do produto da arrecadação (qual o destino dos recursos arrecadados?)</i> .....	367
2.4 A intensidade do controle substancial de validade das contribuições interventivas .....	373

3. O controle de proporcionalidade das contribuições interventivas.....	381
3.1 Definição .....	382
3.2 Exames inerentes ao controle de proporcionalidade	388
3.2.1 Adequação .....	388
3.2.2 Necessidade.....	395
3.2.3 Proporcionalidade em sentido estrito.....	400
4. Síntese conclusiva .....	402
<b>CONCLUSÕES</b> .....	<b>407</b>
<b>TESES</b> .....	<b>425</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>429</b>